

Springs Global Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

BDO RCS Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Springs Global Participações S.A.
Montes Claros - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Springs Global Participações S.A.** ('Companhia'), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Springs Global Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e as suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 28 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Controlada Direta Coteminas S.A. vem desenvolvendo negociações para recomposição de seu capital circulante líquido, atualmente negativo em R\$ 652.294 mil e R\$ 413.057 mil, individual e consolidado, respectivamente, conforme divulgado nas demonstrações contábeis da Companhia. Tais negociações visam a normalização de suas atividades produtivas, reconquista de mercados e regularização de atrasos nos pagamentos de credores. As demonstrações contábeis da referida controlada foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das suas operações. Esses eventos ou condições indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da controlada Coteminas S.A. e seu consequente impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 28, a Controlada Indireta AMMO Varejo S.A. possui 180.000.000 de debentures subscritas em 20 de junho de 2022, que monta em R\$ 186.045 mil reconhecido no passivo não circulante consolidado em 31 de dezembro de 2022, cuja escritura de debentures prevê obrigação (“*Covenant*”) não cumprida em 2023, que não resulta em efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2022. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Componentes relevantes na Rubrica “Investimentos nas demonstrações contábeis individuais e no processo de consolidação das demonstrações contábeis”

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB, cujas controladas e coligadas significativas e relevantes neste processo, são auditadas por nós ou por outros auditores independentes, conforme Nota Explicativa nº 8.

Entendemos que no processo de avaliação desses investimentos, dada a sua relevância na composição dos saldos, transações e divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é um principal assunto de auditoria.

Adicionalmente, o processo de consolidação possui complexidades em face dos negócios diversificados, moedas funcionais diferentes e eliminações de saldos entre partes relacionadas.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram comunicação com os auditores dos componentes com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos.

Emitimos instruções de auditoria e revisamos a documentação de auditoria apropriada e suficiente que fundamentou a opinião dos outros auditores independentes dos componentes significativos, bem como discutimos os resultados alcançados.

Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com os auditores dos componentes significativos e avaliamos seus impactos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

No que tange ao processo de consolidação, examinamos se os saldos e informações utilizadas estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis das controladas e coligadas, e se estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização dos investimentos e no processo de consolidação efetuados pela Administração da Companhia, de forma que os valores e informações divulgados nas demonstrações contábeis estão adequados.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de outubro de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-O

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - MG

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	42	117	225.444	199.765
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	23.531	19.219
Duplicatas a receber	5	-	-	163.267	448.935
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	16.661	17.618
Estoques	6.a	-	-	358.149	517.713
Adiantamentos a fornecedores	6.b	-	-	35.010	40.094
Impostos a recuperar	18.c	22	-	39.892	76.609
Outros créditos a receber		986	968	19.706	28.300
Ativos mantidos para venda	8.b	-	-	-	132.855
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		1.050	1.085	881.660	1.481.108
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	1.925	1.737	10.395	7.618
Valores a receber – clientes	7	-	-	16.135	16.343
Partes relacionadas	22	-	-	178.329	123.499
Adiantamentos a fornecedores	6.b	-	-	-	25.201
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	83.580	97.049
Impostos a recuperar	18.c	-	-	17.916	29.086
Impostos diferidos	18.b	1.905	1.905	18.214	20.023
Imobilizado disponível para venda	10.b	-	-	23.910	15.541
Depósitos judiciais	19	-	-	13.216	8.448
Outros		-	-	50.638	55.931
		-----	-----	-----	-----
		3.830	3.642	412.333	398.739
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	8.a	429.622	1.035.134	-	-
Outros investimentos	8.b	-	-	124.217	-
Propriedades para investimento	9	-	-	527.127	459.890
Imobilizado	10.a	-	-	522.411	578.621
Direitos de uso	11	-	-	144.396	183.709
Intangível	12	-	-	82.973	94.125
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		433.452	1.038.776	1.813.457	1.715.084
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		434.502	1.039.861	2.695.117	3.196.192
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	10.405	15.681	640.395	772.280
Debêntures	14	-	-	17.763	158.596
Fornecedores	15	3	10	272.960	258.920
Obrigações sociais e trabalhistas		183	99	96.785	88.271
Impostos e taxas		94	61	20.955	29.776
Concessões governamentais	16	-	-	56.253	41.148
Arrendamentos a pagar	17	-	-	59.782	65.356
Impostos parcelados	18.d	-	-	94.795	57.002
Outras contas a pagar		-	-	73.768	74.569
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		10.685	15.851	1.333.456	1.545.918
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	9.143	13.915	56.540	75.037
Debêntures	14	-	-	320.757	-
Arrendamentos a pagar	17	-	-	209.418	260.380
Partes relacionadas	22	36.003	19.654	-	764
Concessões governamentais	16	-	-	38.264	54.436
Provisões diversas	19	-	-	20.801	13.776
Planos de aposentadoria e benefícios	20	-	-	114.581	129.437
Impostos diferidos	18.b	-	-	106.684	86.941
Impostos parcelados	18.d	-	-	93.458	36.654
Outras obrigações		-	-	22.487	2.408
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		45.146	33.569	982.990	659.833
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	21				
Capital realizado		1.860.265	1.860.265	1.860.265	1.860.265
Reserva de capital		79.381	79.381	79.381	79.381
Ajustes de avaliação patrimonial		137.263	126.234	137.263	126.234
Ajustes acumulados de conversão		(151.828)	(159.814)	(151.828)	(159.814)
Prejuízos acumulados		(1.546.410)	(915.625)	(1.546.410)	(915.625)
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		378.671	990.441	378.671	990.441
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		434.502	1.039.861	2.695.117	3.196.192
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	-	-	1.217.445	1.720.723
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(879.747)	(1.093.025)
Custo de ociosidade e outros	26	-	-	(175.097)	(16.777)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO BRUTO		-	-	162.601	610.921
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	26	-	-	(315.998)	(368.098)
Gerais e administrativas	26	(870)	(960)	(132.513)	(122.571)
Honorários da administração	22 e 26	(1.248)	(1.084)	(18.162)	(15.093)
Equivalência patrimonial	8.a	(624.527)	(149.180)	-	-
Variação do valor justo de propriedades para investimento		-	-	65.296	23.519
Outras, líquidas		-	-	(10.924)	(17.492)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL		(626.645)	(151.224)	(249.700)	111.186
		-----	-----	-----	-----
Despesas financeiras – juros e encargos		(3.714)	(3.296)	(280.547)	(169.073)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	17	-	-	(11.339)	(13.555)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(632)	(418)	(124.126)	(108.923)
Receitas financeiras		206	93	78.135	29.641
Variações cambiais líquidas		-	1.269	(19.151)	(3.717)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(630.785)	(153.576)	(606.728)	(154.441)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	18.a	-	-	(1.342)	(322)
Diferido	18.a	-	-	(22.715)	1.187
		-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(630.785)	(153.576)	(630.785)	(153.576)
		=====	=====	=====	=====
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$	27	(12,6157)	(3,0715)		
		=====	=====		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(630.785)	(153.576)
Outros resultados abrangentes:		
- Itens que impactarão o resultado:		
Variação cambial de investimentos no exterior	7.986	25.849
- Itens que não impactarão o resultado:		
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	11.029	5.004
Avaliação inicial de propriedades para investimento	-	7.416
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(611.770)</u> =====	<u>(115.307)</u> =====
ATRIBUIDO A:		
Participação dos acionistas controladores	(611.770) =====	(115.307) =====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.860.265	79.381	113.814	(185.663)	(762.049)	1.105.748
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(153.576)	(153.576)
Varição cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	27.820	-	27.820
Ganho atuarial em planos de aposentadoria		-	-	5.004	-	-	5.004
Reflexo de controladas-							
Avaliação inicial de propriedades para investimento	9	-	-	7.416	-	-	7.416
Varição cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	(1.971)	-	(1.971)
Total do resultado abrangente		----- -	----- -	----- 12.420	----- 25.849	----- (153.576)	----- (115.307)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		----- 1.860.265 =====	----- 79.381 =====	----- 126.234 =====	----- (159.814) =====	----- (915.625) =====	----- 990.441 =====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.860.265	79.381	126.234	(159.814)	(915.625)	990.441
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(630.785)	(630.785)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(26.301)	-	(26.301)
Ganho atuarial em planos de aposentadoria		-	-	11.029	-	-	11.029
Reflexo de controladas- Variação cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	34.287	-	34.287
Total do resultado abrangente		----- -	----- -	----- 11.029	----- 7.986	----- (630.785)	----- (611.770)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		----- 1.860.265 =====	----- 79.381 =====	----- 137.263 =====	----- (151.828) =====	----- (1.546.410) =====	----- 378.671 =====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(630.785)	(153.576)	(630.785)	(153.576)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	98.206	101.748
Equivalência patrimonial	624.527	149.180	-	-
Varição do valor justo de propriedades para investimento	-	-	(65.296)	(23.519)
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	28.811	1.996
Imposto de renda e contribuição social	-	-	24.057	(865)
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	7.043	493
Provisão para perdas com estoques	-	-	23.845	-
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	(2.397)	3.994
Renegociações de arrendamentos	-	-	-	(1.644)
Variações monetárias	-	-	7.314	14.269
Variações cambiais	-	(1.269)	19.151	3.717
Juros, encargos e comissões	4.130	3.618	316.908	232.658
Juros sobre arrendamentos	-	-	11.339	13.554
	(2.128)	(2.047)	(161.804)	192.825
Variações nas contas de ativos e passivos:				
Títulos e valores mobiliários	(188)	(66)	(7.089)	(8.855)
Duplicatas a receber	-	-	215.028	19.628
Estoques	-	-	115.707	(116.933)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	3.198	(2.228)
Impostos a recuperar	(22)	160	47.887	61.240
Valores retidos	-	-	-	20.787
Fornecedores	(7)	(12)	17.429	50.140
Impostos parcelados	-	-	56.834	46.467
Outros	306	1.371	1.348	(28.625)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes de juros e impostos	(2.039)	(594)	288.538	234.446
Juros pagos sobre empréstimos	(2.246)	(1.905)	(134.151)	(83.027)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(623)	(414)	(40.708)	(25.250)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.221)	(258)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(4.908)	(2.913)	112.458	125.911

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Propriedades para investimento	-	-	(2.365)	(945)
Imobilizado	-	-	(11.126)	(36.527)
Intangível	-	-	(1.025)	-
Imóveis disponíveis para venda	-	-	(8.644)	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	1.025	10.355
Empréstimos entre partes relacionadas	15.021	11.221	(32.312)	(58.553)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	15.021	11.221	(54.447)	(85.670)
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos e debêntures, líquidos dos encargos antecipados	-	-	391.923	479.505
Liquidação de empréstimos e debêntures	(10.188)	(8.523)	(406.331)	(456.107)
Liquidação de arrendamentos, líquidos	-	-	(37.184)	(41.271)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(10.188)	(8.523)	(51.592)	(17.873)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	19.260	8.604
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(75)	(215)	25.679	30.972
	-----	-----	-----	-----
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	117	332	199.765	168.793
No fim do exercício	42	117	225.444	199.765
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(75)	(215)	25.679	30.972
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	1.460.160	2.080.842
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação Duvidosa	-	-	(28.811)	(1.996)
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangíveis	-	-	2.397	(3.994)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	1.433.746	2.074.852
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(676.159)	(854.954)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.890)	(1.872)	(496.108)	(511.686)
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	(7.043)	(493)
Provisão para perdas com estoques	-	-	(23.845)	-
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	65.296	23.519
	-----	-----	-----	-----
	(1.890)	(1.872)	(1.137.859)	(1.343.614)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.890)	(1.872)	295.887	731.238
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	-	-	(98.206)	(101.748)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(1.890)	(1.872)	197.681	629.490
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(624.527)	(149.180)	-	-
Receitas financeiras	206	93	78.135	29.641
Variação cambial ativa	-	1.269	(1.005)	6.021
Royalties	-	-	18.304	23.350
	-----	-----	-----	-----
	(624.321)	(147.818)	95.434	59.012
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	(626.211)	(149.690)	293.115	688.502
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	-	-	335.789	360.705
Impostos, taxas e contribuições	860	590	203.671	223.016
Remuneração de capitais de terceiros	3.714	3.296	384.440	258.357
Remuneração de capitais próprios	(630.785)	(153.576)	(630.785)	(153.576)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	(626.211)	(149.690)	293.115	688.502
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”) é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas (“CTNM”), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela AMMO VAREJO S.A. (“AMMO”), que é uma controlada indireta da Companhia.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moyses, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

A Companhia e sua controlada CSA têm apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia e sua controlada CSA têm honrado seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro o que, temporariamente, vem impactando em suas atividades operacionais. As administrações das companhias estão empenhadas na redução desse endividamento e conseqüentemente a redução das despesas financeiras com a venda de ativos não operacionais, em parte descritos na nota explicativa nº 9 - Propriedades para Investimentos, com negociações em andamento.

Adicionalmente, a controladora da Companhia, Companhia de Tecidos Norte de Minas (CTNM), tem despendido esforços para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos serão destinados exclusivamente à liquidação de parte substancial de sua conta de mútuo com a controlada CSA. As administrações da Companhia, da controlada CSA e da controladora CTNM acreditam que esses ativos sejam realizados brevemente, reduzindo seu endividamento.

Essas medidas, e o alongamento de seu passivo financeiro (vide nota explicativa nº 28 – Eventos subsequentes) possibilitarão a regularização de suas atividades operacionais, o que é esperado em 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de outubro de 2023.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária

brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

- i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro

quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço

para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros exercícios, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5 e nº 7), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 10), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 10, nº 11 e nº 12), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 19), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 18), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 23) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 23.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 20). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da AMMO VAREJO S.A., da LAT Capital Ltd., da C7S Tecnologia Ltda. e da Compañía Textil Guaraní S.R.L., das quais possui 100% do capital social, direta e indiretamente, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); e (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); todas com participação de 100%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior e os ajustes de avaliação patrimonial, estão destacados na demonstração das mutações do patrimônio líquido nas rubricas “Ajustes acumulados de conversão” e “Ajustes de avaliação patrimonial”, respectivamente, e são revertidas para resultado quando da baixa dos investimentos que lhes deram origem. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do dólar vigente em 31 de dezembro de 2022 e 2021, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2022	2021	Varição
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	5,2177	5,5805	(6,5%)
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	5,1386	5,4074	(5,0%)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Operações compromissadas (*)	28	43	135.361	130.576
Depósitos no exterior	-	-	61.980	60.855
Depósitos em contas correntes	14	74	28.103	8.334
	-----	-----	-----	-----
	42	117	225.444	199.765
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 100% a 110% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2022	2021
Fundos de investimentos no exterior	23.004	18.660
Depósito restrito (1)	2.452	2.296
Fundo de reserva (2)	8.470	5.881
	-----	-----
	33.926	26.837
Circulante	(23.531)	(19.219)
	-----	-----
Não circulante	10.395	7.618
	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2022, a controladora possuía R\$1.925 de depósitos restritos em instituições financeiras (R\$1.737 em 31 de dezembro de 2021), e a controlada SGUS possuía R\$527, equivalente a US\$101 mil (R\$559 equivalente a US\$100 mil, em 31 de dezembro de 2021) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada CSA, equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações financeiras.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2022	2021
Clientes no mercado interno	144.351	390.798
Clientes no mercado externo	43.542	48.188
Operadoras de cartão de crédito	10.453	8.149
Partes relacionadas – mercado interno	-	29.884
Partes relacionadas – mercado externo	-	1.072
	-----	-----
	198.346	478.091
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(35.079)	(29.156)
	-----	-----
	163.267	448.935
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 44 dias (74 dias em 31 de dezembro de 2021). Os valores vencidos estão demonstrados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2022	2021
A vencer	144.747	409.984
Vencidas até 30 dias	5.086	6.095
Vencidas de 31 a 60 dias	2.301	2.463
Vencidas de 61 a 90 dias	1.619	1.814
Vencidas de 91 a 180 dias	3.882	11.837
Vencidas acima de 180 dias	40.711	45.898
	-----	-----
	198.346	478.091
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(29.156)	(27.010)
Adições	(17.422)	(1.996)
Baixas	11.038	-
Varição cambial	461	(150)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(35.079)	(29.156)
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2022, até a aprovação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Matérias-primas e secundários	74.839	86.236
Produtos em elaboração	77.551	136.599
Produtos acabados	168.903	256.051
Peças de reposição	36.856	38.827
	-----	-----
	358.149	517.713
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos

acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	2021	(Adições) Baixas	Variação cambial	2022
Matérias-primas e secundários	(2.555)	(180)	1.016	(1.719)
Produtos acabados	(13)	(23.757)	6	(23.764)
Peças de reposição	(564)	92	-	(472)
	-----	-----	-----	-----
	(3.132)	(23.845)	1.022	(25.955)
	=====	=====	=====	=====

	2020	(Adições) Baixas	Variação cambial	2021
Matérias-primas e secundários	(2.251)	(618)	314	(2.555)
Produtos acabados	(23)	8	2	(13)
Peças de reposição	(885)	321	-	(564)
	-----	-----	-----	-----
	(3.159)	(289)	316	(3.132)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Ano	Consolidado	
	2022	2021
2022	-	40.094
2023 (*)	35.010	25.201
	-----	-----
Circulante	35.010 (35.010)	65.295 (40.094)
	-----	-----
Não circulante	-	25.201
	=====	=====

(*) Liquidação financeira de parte do contrato da safra de 2022/2023, com realização de perda de R\$5.340 decorrente da queda de preço de mercado de algodão, incluídas na rubrica "custo de ociosidade e outros".

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2022	2021
Cientes com pedido de recuperação judicial (a)	-	11.389
Cientes com pedido de recuperação judicial (b)	12.424	-
Cientes em recuperação judicial (c)	1.332	1.379
Parcelamento de créditos com clientes (d)	5.083	3.715
Financiamento no repasse de lojas (e)	768	1.006
Venda de imóveis (f)	3.855	10.004
Outros	1.690	1.088
	-----	-----
	25.152	28.581
Circulante (*)	(9.017)	(12.238)
	-----	-----
Não circulante	16.135	16.343
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) A Lojas Leader S.A. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no dia 3 de março de 2020, o qual teve o processamento deferido em 6 de março de 2020. A Leader reconheceu a totalidade dos créditos com a Companhia. Em 23 de junho de 2022, foi homologado o pedido de recuperação judicial pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com condições mínimas de recuperação do crédito. Em 30 de junho de 2022, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$11.389.

(b) O Narciso Enxovais do Brasil Ltda. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no segundo trimestre de 2022, o qual teve o processamento deferido. O Narciso reconheceu a totalidade dos créditos com a Companhia. A administração da Companhia aguarda a homologação da RJ e acredita na recuperação da totalidade dos créditos.

(c) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 8% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$2.127.

(d) Pagamento em até 47 parcelas mensais com juros de 1,56% a 2,00% ao mês.

(e) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(f) Pagamento em até 12 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês e atualização pelo IPCA.

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2022, até a aprovação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				2022	2021	2022	2021
SGUS	372.811	100,0	(13.746)	372.811	401.829	(13.746)	(16.389)
CSA	56.811	100,0	(610.781)	56.811	633.305	(610.781)	(132.791)
				-----	-----	-----	-----
				429.622	1.035.134	(624.527)	(149.180)
				=====	=====	=====	=====

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

A controlada SGUS possuía 14,27% da New Keeco Holdings, LLC, (“Keeco”) quando a Keeco combinou suas operações com as operações vendidas da SGUS em março de 2019. A Keeco Holdings é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, *utility bedding*, e *decorative bedding*, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS (juntamente com os demais acionistas da Keeco) disponibilizou para venda essa participação e, portanto, reclassificou o investimento para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

Em 19 de setembro de 2022, os acionistas da Keeco e suas subsidiárias, juntamente com os acionistas da Hollander Parent Corporation (“Hollander”) e suas subsidiárias e a SGUS, entre outros, assinaram acordo de contribuição de ativos, formando uma nova empresa combinada denominada Keeco, Inc., que atuará no mesmo segmento de mercado de ambas as companhias.

Após a contribuição de ativos, a SGUS recebeu por sua participação na Keeco, 15.167 ações ordinárias comuns (*Common stocks*) da Keeco, Inc., representando 6,33% dessa classe de ações, mais uma opção de compra de 10.220 ações dessa mesma classe, ao preço de US\$0,01 por ação com vencimento em 5 anos da data de emissão ou caso ocorra uma mudança de controle da Keeco, Inc.

Considerando-se o exercício das opções, e a conversão das ações preferenciais (*preferred stocks*) emitidas pela Keeco Inc. em ações comuns (*common stocks*), a SGUS terá participação de 5,13% do capital, deixando de existir outra classe de ações. Considerando-se ainda as possibilidades de emissão de 67.506 novas ações em bônus para os gestores elegíveis da Keeco Inc., a participação da SGUS poderá chegar no mínimo (*fully-dilluted*) de 4,51%.

A Keeco, Inc. inicia suas operações com faturamento consolidado equivalente a US\$1,2 bilhão e em suas projeções para 5 anos estima um faturamento de US\$1,6 bilhão.

Considerando as projeções anuais, geração de caixa e múltiplos aplicáveis para essa categoria de indústria, consultores externos da SGUS, utilizando o menor percentual de participação da SGUS, 4,51%, estimam a recuperação desse investimento em até 5 anos em valores que podem variar entre US\$31,5 milhões e US\$43,3 milhões.

A SGUS, a partir daquela data, reclassificou esse investimento, antes na rubrica de “ativos mantidos para a venda”, para outros investimentos, que será avaliado ao custo contábil e ajustado pelo valor de recuperação caso haja indícios de não recuperabilidade desse investimento.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	2021	Variação cambial	Transferência outros investimentos	2022
ATIVOS				
NÃO CIRCULANTE:				
Investimentos	37.747	(2.454)	(35.293)	-
Intangível	95.108	(6.184)	(88.924)	-
	-----	-----	-----	-----
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	132.855	(8.638)	(124.217)	-
	=====	=====	=====	=====

Investimentos da CSA

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resul- tado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equiva- lência patrimonial	
				2022	2021	2022	2021
Controladas -							
Coteminas Argentina S.A. (1)	99.721	100,00	(6.926)	99.721	110.844	(6.926)	23.964
LAT Capital Ltd.	19.731	100,00	6.443	19.731	14.214	6.443	51
C7S Tecnologia Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	(1.346)
AMMO VAREJO S.A. (3) (4)	35.946	100,00	(86.631)	35.946	87.269	(86.631)	(52.106)
Compañía Textil Guaraní S.R.L.	1.426	100,00	(3.480)	1.426	4.001	(3.480)	(2.326)
				-----	-----	-----	-----
				156.824	216.328	(90.594)	(31.763)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 15 de setembro de 2022, a CSA recebeu dividendos de sua controlada Coteminas Argentina S.A. no valor de R\$12.898 (equivalentes a \$352,2 milhões de pesos argentinos).

(2) Em 21 de junho de 2021, a CSA vendeu para sua controlada AMMO a totalidade do investimento na C7S Tecnologia Ltda. ("C7S") por seu valor patrimonial contábil, no valor de R\$23.388. A C7S passou a ser uma controlada indireta da CSA.

(3) O saldo de investimento inclui ágio da aquisição do investimento, no valor de R\$27.303 (R\$27.303 em 31 de dezembro de 2021), para fins de apresentação nas demonstrações da CSA Controladora, e classificados na rubrica Intangível no balanço consolidado da Companhia.

(4) Em 10 de junho de 2022, a CSA realizou aporte de capital na sua controlada AMMO no valor de R\$196.815, subscrito e integralizado mediante a conferência das marcas "ARTEX", "AMMO" e "PERSONO" no valor de R\$170.922, apurados em laudo de avaliação das marcas realizado por consultores especializados, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., e saldos de mútuo no valor de R\$25.893. Em 31 de dezembro de 2022, para fins de apresentação dos investimentos nas demonstrações da CSA Controladora, foi eliminado o lucro não realizado do valor justo das marcas no valor de R\$161.507, e da rubrica de Intangível no consolidado. Vide nota explicativa nº12 às demonstrações financeiras.

c) Movimentação dos investimentos em controladas:

	2021	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	2022
SGUS	401.829	(13.746)	(26.301)	11.029	372.811
CSA	633.305	(610.781)	34.287	-	56.811
	<u>1.035.134</u>	<u>(624.527)</u>	<u>7.986</u>	<u>11.029</u>	<u>429.622</u>
	=====	=====	=====	=====	=====

	2020	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	2021
SGUS	385.394	(16.389)	27.820	5.004	401.829
CSA	760.651	(132.791)	(1.971)	7.416	633.305
	<u>1.146.045</u>	<u>(149.180)</u>	<u>25.849</u>	<u>12.420</u>	<u>1.035.134</u>
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Efeito cambial dos investimentos líquidos. Vide nota explicativa nº 23.d.3.1 às demonstrações financeiras.

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização		Total
	Complexo comercial (1)(a)	Complexo residencial (2)(a)	Acreúna (3)	Montes Claros (4)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	306.236	45.034	-	53.776	405.046
Transferência do imobilizado	-	-	19.144	-	19.144
Avaliação inicial do valor justo (**)	-	-	11.236	-	11.236
Adições	945	-	-	-	945
Variação do valor justo (*)	17.809	1.916	-	3.794	23.519
	<u>324.990</u>	<u>46.950</u>	<u>30.380</u>	<u>57.570</u>	<u>459.890</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	324.990	46.950	30.380	57.570	459.890
Adições	637	1.698	-	30	2.365
Baixas	(63)	(361)	-	-	(424)
Variação do valor justo (*)	54.961	848	-	9.487	65.296
	<u>380.525</u>	<u>49.135</u>	<u>30.380</u>	<u>67.087</u>	<u>527.127</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	380.525	49.135	30.380	67.087	527.127
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Valores lançados no resultado dos respectivos exercícios.

(**) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(a) No 4º trimestre de 2022, a Administração da CSA, como forma de reduzir seus financiamentos e despesas financeiras, decidiu destinar esses imóveis para a venda e iniciou negociações com algumas entidades. Até a data da divulgação destas demonstrações financeiras, as negociações estavam em andamento.

(1) Complexo comercial: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. Em 2022, os valores de receita por arrendamento foram de R\$11.731 (R\$11.303 em 2021).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da controlada CSA, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação. Os valores apurados foram os seguintes:

	2022	2021
Custo residual do imóvel	112.081	111.507
Mais valia apurada (a)	268.444	213.483
	-----	-----
Valor justo (b)	380.525	324.990
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$91.271 (R\$72.583 em 31 de dezembro de 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Complexo residencial: Em 2018, a controlada CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	2022	2021
Custo residual do imóvel	1.430	93
Mais valia apurada (a)	47.705	46.857
	-----	-----
Valor justo (b)	49.135	46.950
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$16.220 (R\$15.931 em 31 de dezembro 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(3) Imóvel para valorização Acreúna: Em 2021, a controlada CSA desocupou e destinou este imóvel para valorização ou renda. Seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimento e avaliado pelo valor justo. Os valores apurados foram os seguintes:

	2022	2021
Custo residual do imóvel	19.144	19.144
Mais valia apurada (a)	11.236	11.236
	-----	-----
Valor justo (b)	30.380	30.380
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$3.820 (R\$3.820 em 31 de dezembro 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(4) Imóveis para valorização Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

	2022	2021
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m ²)	36.644	31.920
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m ²)	5.230	4.600
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m ²)	4.413	5.070
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m ²)	20.800	15.980
	-----	-----
Total	67.087	57.570
	=====	=====
Custo residual dos imóveis	39.890	39.860
Mais valia apurada (a)	27.197	17.710
	-----	-----
Valor justo (b)	67.087	57.570
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$9.245 (R\$6.021 em 31 de dezembro 2021). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

	Taxa % (*)	2022			2021
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	5,5	55.961	(24.987)	30.974	30.892
Edifícios	2,4	348.865	(178.839)	170.026	177.783
Instalações	7,3	230.464	(179.437)	51.027	55.543
Máquinas e equipamentos	7,4	1.204.295	(981.540)	222.755	246.931
UHE - Porto Estrela (**)	4,2	39.954	(23.761)	16.193	17.624
Móveis, utensílios e outros	8,0	125.679	(112.069)	13.610	15.856
Obras em andamento	-	17.826	-	17.826	33.992
		-----	-----	-----	-----
		2.023.044	(1.500.633)	522.411	578.621
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	30.892	177.783	55.543	246.931	17.624	15.856	33.992	578.621
Adições	3.685	-	107	3.544	-	1.546	2.244	11.126
Baixas líquidas	-	-	(40)	(118)	-	(130)	(176)	(464)
Transferências								
- Imobilizado	(1.307)	(192)	3.123	13.476	4	2.999	(18.103)	-
- Bens cedidos em comodato	-	-	(11)	-	-	11	-	-
- Imobilizado disponível para venda	-	-	-	(102)	-	1	-	(101)
Variação cambial	583	806	126	47	-	(151)	(131)	1.280
Depreciação do exercício	(2.302)	(8.371)	(8.139)	(41.023)	(1.435)	(6.332)	-	(67.602)
Reversão (provisão) para perdas com ativos (3)	(577)	-	318	-	-	(190)	-	(449)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.974	170.026	51.027	222.755	16.193	13.610	17.826	522.411
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total provisão para desvalorização de ativos	(1.467)	-	(132)	(52)	-	(3.591)	-	(5.242)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.356	187.549	47.687	259.418	16.772	28.344	69.287	635.413
Adições	1.782	234	2.908	11.228	2.288	5.902	12.185	36.527
Baixas líquidas	(12)	(1)	(382)	(4.563)	-	(3.228)	(662)	(8.848)
Transferências								
- Imobilizado	176	5.699	18.660	23.266	-	429	(48.230)	-
- Propriedades para investimento	-	(11.083)	(6.345)	(1.538)	-	(178)	-	(19.144)
- Bens recebidos em comodato	-	-	-	-	-	(8.476)	-	(8.476)
- Imobilizado disponível para venda	1.398	-	(15)	(283)	-	-	-	1.100
Variação cambial	3.123	3.649	888	1.916	-	(234)	1.412	10.754
Depreciação do exercício	(1.931)	(8.264)	(7.858)	(42.513)	(1.436)	(6.703)	-	(68.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	30.892	177.783	55.543	246.931	17.624	15.856	33.992	578.621

(1) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2022, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$5.242 (R\$4.793 em 31 de dezembro de 2021).

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa futuras, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2021	Adições	Variação cambial	Transferência do imobilizado	2022
Custo	482.352	8.644	(29.543)	161	461.614
Depreciação	(415.205)	-	26.130	(60)	(389.135)
Provisão para perda	(51.606)	12	3.025	-	(48.569)
	15.541	8.656	(388)	101	23.910

	2020	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferência do imobilizado	2021
Custo	453.232	-	(4.392)	32.030	1.482	482.352
Depreciação	(388.593)	(351)	4.081	(27.760)	(2.582)	(415.205)
Provisão para perda	(47.914)	(493)	-	(3.199)	-	(51.606)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	16.725	(844)	(311)	1.071	(1.100)	15.541
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		2022		2021	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (CSA e AMMO – uso próprio)	44,1	14.114	(12.294)	1.820	4.796
Imóvel – fábrica (Guarani – uso próprio)	11,7	-	-	-	8.781
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	46.317	(15.439)	30.878	37.153
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	24,4	107.368	(57.926)	49.442	62.343
Veículos	38,8	3.079	(2.306)	773	220
Propriedades para investimentos (1)		61.483	-	61.483	70.416
		-----	-----	-----	-----
Total de direito de uso		232.361	(87.965)	144.396	183.709
Arrendamentos financeiros a receber (1)		100.241	-	100.241	114.667
		-----	-----	-----	-----
		332.602	(87.965)	244.637	298.376
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis - Lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.772	9.419	38.442	56.091	273	92.644	112.889	317.530
Variação cambial	-	660	2.711	-	-	6.674	8.137	18.182
Adições (1)	-	-	-	27.671	524	-	-	28.195
Baixas (2)	-	-	-	(1.344)	-	(23.617)	-	(24.961)
Amortização do exercício	(2.976)	(1.298)	(4.000)	(20.075)	(577)	-	-	(28.926)
Encargos	-	-	-	-	-	9.866	11.461	21.327
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(15.151)	(17.820)	(32.971)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.796	8.781	37.153	62.343	220	70.416	114.667	298.376
Variação cambial	-	(568)	(2.474)	-	-	(4.642)	(7.556)	(15.240)
Adições (1)	-	-	-	13.801	1.199	-	-	15.000
Baixas (2)	-	(7.721)	-	(8.578)	-	-	-	(16.299)
Amortização do exercício	(2.976)	(492)	(3.801)	(18.124)	(646)	-	-	(26.039)
Encargos	-	-	-	-	-	6.711	10.248	16.959
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(11.002)	(17.118)	(28.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.820	-	30.878	49.442	773	61.483	100.241	244.637

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	2022	2021
2023	17.579	18.589
2024	17.838	18.801
2025	18.039	19.079
2026 em diante	93.504	119.298
	146.960	175.767
Ajuste a valor presente	(46.719)	(61.100)
	100.241	114.667
Circulante	(16.661)	(17.618)
	83.580	97.049

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 31 de dezembro de 2022, a controlada SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2022	2021
Ágio na aquisição da AMMO (1)	27.303	27.303
Marcas – próprias (2)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (3)	10.848	11.482
Propriedade intelectual (4)	9.784	13.996
Pontos comerciais (luvas) (5)	18.771	25.077
Total	82.973	94.125

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	27.303	16.267	9.559	18.933	25.077	97.139
Amortização	-	-	(1.045)	(4.937)	-	(5.982)
Variação cambial	-	-	2.968	-	-	2.968
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.303	16.267	11.482	13.996	25.077	94.125
Adições	-	-	-	725	300	1.025
Amortização	-	-	(1.236)	(4.937)	-	(6.173)
Variação cambial	-	-	602	-	-	602
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	-	(6.606)	(6.606)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.303	16.267	10.848	9.784	18.771	82.973

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO VAREJO S.A.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2022 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa da controlada indireta AMMO, a controlada CSA não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação do ágio registrado.

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(4) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.

(5) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$13.180 (R\$6.574 em 31 de dezembro de 2021), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos, e pelos fluxos de caixa das respectivas lojas. A partir de 2023, a controlada indireta AMMO, com base em eventos e circunstâncias atuais do mercado de varejo, passará a adotar o regime de vida útil definida para realização desses ativos, com base no prazo médio de seus contratos de locação e geração de caixa de suas lojas. Portanto, passará a amortizar o ativo em 5 anos a partir de seu valor líquido de provisão em 31 de dezembro de 2022, e consequentemente sem efeitos no atual exercício.

Os itens de (2) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
				2022	2021
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$	130 e 150,0 do CDI	2023	375.214	339.952
Banco do Brasil S.A. – CDC	R\$	15,0 a 16,3	2023	-	56.034
Banco BBM S.A. – CCB	R\$	7,0 + CDI	2024	6.690	9.760
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	R\$	4,9 + CDI	2024	14.216	28.341
Banco Bradesco S.A. (b) (1)	R\$	6,0 e 6,1 + CDI	2024	41.161	43.025
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	6	20
Banco Daycoval S.A.	R\$	7,1 e 8,1 + CDI	2026	36.241	52.247
Banco Santander S.A. (c) (1)	R\$	5,6 + CDI	2024	8.248	35.905
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	2024	37.157	77.885
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	6,0 + CDI	2023	14.973	6.709
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,8 a 8,1 + CDI	2025	20.750	19.955
Caixa Econômica Federal - CCB (1) (2) (d)	R\$	180,0 do CDI	2023	5.597	10.874
Banco Pine S.A.	R\$	7,8 + CDI	2023	566	7.708
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	18,0 + CDI	2023	1.031	15.614
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB	R\$	3,9 e 6,3 + CDI	2025	11.925	34.391
Banco BTG Pactual S.A. (e)	R\$	13,9	2023	2.277	27.225
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (2)	R\$	4,4	2025	13.951	18.722
Banco Daycoval S.A.	R\$	14,9	2026	1.797	2.273
Outros	R\$	-	2023	29.842	6.519
				621.642	793.159
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2023	100	7.986
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	13,3 e 13,5	2023	8.031	4.921
Banco do Brasil S.A.	US\$	7,5 a 7,7	2023	67.162	41.251
				75.293	54.158
Total				696.935	847.317
Circulante				(625.260)	(772.280)
Não circulante				71.675	75.037

(1) Em 2022, devido ao aumento na taxa de juros Selic e ao aumento dos preços da matéria prima, a Companhia e sua controlada CSA não cumpriram certos índices financeiros relativos a esses empréstimos, mas devido a renegociações em 2023, mantiveram os vencimentos originais desses empréstimos. Conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentamos os respectivos empréstimos no passivo circulante no balanço patrimonial. Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	625.260	15.135	640.395
Não circulante	71.675	(15.135)	56.540
Total dos Empréstimos	696.935	-	696.935

(2) Inclui empréstimos mantidos pela controladora no montante de R\$19.548 (R\$29.596 em 31 de dezembro de 2021).

(a) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão

entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais. Em agosto e novembro de 2022, parte dos contratos foi renovada, mantendo-se o cumprimento do índice financeiro de no máximo 3,5 vezes a partir de dezembro de 2022. A Companhia e sua controlada CSA obtiveram “waiver” dos covenants financeiros descritos acima, junto às instituições financeiras.

(b) Empréstimos da controlada CSA, com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a controlada CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras anuais a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 2,0 vezes. Em 2021, parte dos contratos foi renovada, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir o índice financeiro de no máximo 2,5 vezes, a partir de 2022.

(c) Empréstimos da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(d) Empréstimo da controladora, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controladora comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(e) Empréstimo da controlada CSA, com cláusulas de vencimento antecipado, onde a controlada CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro: razão entre Dívida Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a) a (e) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador da SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos (originais) dos empréstimos são como segue:

	2023	2024	2025	2026	Total
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A.	375.214	-	-	-	375.214
Banco BBM S.A. – CCB	3.634	3.056	-	-	6.690
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	10.193	4.023	-	-	14.216
Banco Bradesco S.A. (*)	28.693	12.468	-	-	41.161
BNDES (Finame)	6	-	-	-	6
Banco Daycoval S.A.	10.705	11.579	10.468	3.489	36.241
Banco Santander S.A. (*)	5.581	2.667	-	-	8.248
Banco Safra S.A. – CCB	34.776	2.381	-	-	37.157
Banco Fibra S.A. – CCE	14.973	-	-	-	14.973
Banco Sofisa S.A.	15.314	4.736	700	-	20.750
Caixa Econômica Federal - CCB	5.597	-	-	-	5.597
Banco Pine S.A.	566	-	-	-	566
Banco Industrial do Brasil S.A.	1.031	-	-	-	1.031
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB	6.269	3.659	1.997	-	11.925
Banco BTG Pactual S.A.	2.277	-	-	-	2.277
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	4.808	4.771	4.372	-	13.951
Banco Daycoval S.A.	488	476	476	357	1.797
Outros	29.842	-	-	-	29.842
	549.967	49.816	18.013	3.846	621.642
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	100	-	-	-	100
Banco Luso Brasileiro S.A.	8.031	-	-	-	8.031
Banco do Brasil S.A.	67.162	-	-	-	67.162
	75.293	-	-	-	75.293
Total	625.260	49.816	18.013	3.846	696.935

(*) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial.

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	2022			2021
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do exercício	847.317	158.596	1.005.913	969.198
Novas captações ou renovações	222.636	180.000	402.636	481.570
Juros provisionados (1)	136.205	43.796	180.001	94.557
Amortização de principal	(390.331)	(16.000)	(406.331)	(456.107)
Pagamento de juros	(119.520)	(14.631)	(134.151)	(83.027)
Varição cambial	(1.900)	-	(1.900)	1.787
Encargos antecipados, líquidos	2.528	(13.241)	(10.713)	(2.065)
Saldo no final do exercício	696.935	338.520	1.035.455	1.005.913

(1) A taxa básica de juros – SELIC, do Banco Central do Brasil, acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,39% (4,39% em 2021).

14. DEBÊNTURES

(a) Em 26 de julho de 2021 a controlada CSA emitiu 160.000 debêntures não conversíveis em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização ("Virgo"). As características das debêntures são as seguintes:

Características da 5ª emissão de debêntures

Quantidade de debênture emitida	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais
Vencimento inicial	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031
Remuneração	IPCA + 9,25%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)

As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência.

Caso ocorra a venda dos imóveis vinculados às garantias prestadas, conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, as debêntures poderão ter seu vencimento antecipado.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda de investimento na SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

Durante o exercício de 2022, devido ao aumento na taxa de juros Selic e ao aumento dos preços da matéria prima, a Companhia e sua controlada CSA não cumpriram certos índices financeiros relativos a essas debêntures, nas medições. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada CSA obtiveram “waiver” dos covenants financeiros descritos acima, junto à instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2021, o contrato foi classificado como passivo circulante.

(b) Em 30 de maio de 2022 a controlada indireta AMMO VAREJO S.A. aprovou a emissão de até 300.000.000 debêntures conversíveis em ações, nos termos do artigo 57 da lei das Sociedades por Ações (1ª emissão de debêntures), as quais, em 20 de junho de 2022, foram subscritas 180.000.000 debêntures pela Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Odernes”). As 120.000.000 debêntures emitidas e não subscritas, poderão ser subscritas até 1º de Junho de 2023, cumpridas determinadas condições precedentes e caso sejam solicitadas pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A.. Após essa data as debêntures não subscritas serão canceladas. O valor de subscrição será o equivalente ao valor unitário das debêntures atualizado pelos mesmos índices de atualização das debêntures subscritas.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 1ª emissão de debêntures	

Quantidade de debêntures emitidas	300.000.000
Quantidade de debêntures subscritas	180.000.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1,00
Amortização	Parcela única no vencimento
Vencimento	20/06/2027
Remuneração	20% a.a. (capitalização trimestral)
Amortização da remuneração	Parcela única no vencimento do principal

As debêntures foram objeto de colocação privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou a realização de qualquer esforço de venda perante público em geral, que possa caracterizar uma distribuição pública de valores mobiliários.

Conversão em ações:

As debêntures, incluindo todos os demais valores devidos no âmbito desta Emissão, poderão ser convertidas em ações a serem emitidas pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A., no vencimento das debêntures ou na ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de ações), sendo: (i) 25% do saldo das debêntures de forma mandatária e, (ii) 75% do saldo das debêntures a exclusivo critério do debenturista.

Destinação dos recursos: Os recursos serão utilizados para reforço do capital de giro e suportar o plano de expansão do varejo.

Garantias:

Garantia Real: Alienação fiduciária das ações de emissão da controlada indireta AMMO VAREJO S.A.

	2022
Valor recebido:	
Valor subscrito	180.000
Comissão de estruturação	(4.950)
Despesas com assessores (reembolso)	(2.647)

Total recebido	172.403
	=====

	<u>2022</u>
Despesas de emissão:	
Comissão de estruturação total	8.250
Despesas com assessores	6.851

	15.101
Amortização das despesas de emissão	(1.593)

Total de despesas a amortizar	13.508
	=====

Os recursos ingressaram na controlada indireta AMMO VAREJO S.A. na data da subscrição. As despesas de emissão das debêntures, no valor de R\$15.101, serão amortizados mensalmente como custo da operação até o vencimento das debêntures.

Os saldos das debêntures, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, eram assim compostos:

	<u>Debêntures</u>		<u>Consolidado</u>	
	5ª emissão (a)(*)	1ª emissão (b)	2022	2021 (*)
Valor original	137.333	180.000	317.333	153.333
Encargos antecipados	(2.281)	(13.508)	(15.789)	(2.548)
Juros provisionados	17.423	19.553	36.976	7.811
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	152.475	186.045	338.520	158.596
Circulante	(17.763)	-	(17.763)	(158.596)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	134.712	186.045	320.757	-
	=====	=====	=====	=====

(*) Contrato com cláusulas de vencimento antecipado na controlada CSA, o qual foi classificado como passivo circulante em 31 de dezembro de 2021.

15. FORNECEDORES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mercado interno	239.421	227.474
Mercado externo	33.539	31.446
	-----	-----
	272.960	258.920
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 98 dias (85 dias em 31 de dezembro de 2021).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
Prazo de concessão: 35 anos
Valor total da concessão: R\$333.310
Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.830	1.036.248	1.687.595

A controlada CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M. As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	95.584	80.868
Apropriação das parcelas da outorga	6.421	5.755
Baixas	(40.477)	(26.431)
Juros (7,5% a.a.)	30.641	25.629
Variação monetária (IGP-M)	2.348	9.763
	94.517	95.584
Circulante	(56.253)	(41.148)
	38.264	54.436

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2022, somam R\$16.193 (R\$17.624 em 31 de dezembro de 2021) (vide nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina

Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		2022	2021
Imóveis	2024	2.167	5.465
Imóvel – fábrica	2028	-	9.529
SGUS (*)	2030	212.808	243.919
Imóveis – lojas	2027	53.436	66.592
Veículos	2023	789	231
		-----	-----
		269.200	325.736
Circulante		(59.782)	(65.356)
		-----	-----
Não circulante		209.418	260.380
		=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2023	2024	2025	2026 a 2030	Total
Imóveis	2.174	70	-	-	2.244
SGUS	38.183	38.491	38.806	198.802	314.282
Imóveis – lojas	21.795	17.847	13.394	9.384	62.420
Veículos	826	-	-	-	826
	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	62.978	56.408	52.200	208.186	379.772
Ajuste a valor presente	(3.196)	(7.954)	(11.662)	(87.760)	(110.572)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	59.782	48.454	40.538	120.426	269.200
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	2022					2021	
	Imóveis	Imóvel – fábrica	SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício	5.465	9.529	243.919	66.592	231	325.736	345.754
Adições (1)	-	-	-	13.801	1.200	15.001	28.195
Baixas (2)	-	(8.525)	-	(9.831)	-	(18.356)	(27.640)
Encargos	369	320	22.274	5.791	57	28.811	35.433
Pagamentos	(3.667)	(715)	(37.306)	(22.917)	(699)	(65.304)	(74.242)
Renegociações (3)	-	-	-	-	-	-	(1.644)
Variação cambial	-	(609)	(16.079)	-	-	(16.688)	19.880
Saldo no final do exercício	2.167	-	212.808	53.436	789	269.200	325.736

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

(3) Em função da pandemia da COVID-19, a controlada indireta AMMO renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão do CPC 06 (R2), a controlada indireta AMMO adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

Os efeitos no resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	2022					2021	
	Imóveis	Imóvel – fábrica	SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no exercício	3.667	715	37.306	22.917	699	65.304	74.242
PIS e COFINS recuperado	-	-	-	(2.120)	-	(2.120)	(2.317)
Renegociações	-	-	-	-	-	-	1.644
Amortização de direitos de uso	(2.976)	(492)	(3.801)	(18.124)	(646)	(26.039)	(28.926)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	-	1.606	-	1.606	1.766
Encargos, líquidos	(369)	(320)	(5.315)	(5.791)	(57)	(11.852)	(14.106)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	-	513	-	513	551
Baixas, líquidas	-	804	-	1.253	-	2.057	131
Subarrendamentos recebidos	-	-	(28.120)	-	-	(28.120)	(32.971)
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	322	707	70	254	(4)	1.349	14

(1) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 2021	Reconhecidos no resultado	Variação cambial	Outros	Saldos em 2022
Ativo:					
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	341	-	-	(156)	185
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	17.245	-	(1.121)	-	16.124
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a)	532	(514)	-	(18)	-
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	1.905
	-----	-----	-----	-----	-----
	36.806	(514)	(1.121)	(174)	34.997
Imposto diferido passivo:					
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(98.355)	(22.201)	-	-	(120.556)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(5.369)	-	-	2.458	(2.911)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquidos	(66.918)	(22.715)	(1.121)	2.284	(88.470)
	=====	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	20.023	(514)	(1.121)	(174)	18.214
Total do passivo não circulante (soma de p)	(86.941)	(22.201)	-	2.458	(106.684)
	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$136.222 em prejuízos fiscais (R\$129.964 em 31 de dezembro de 2021) e R\$136.222 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$129.964 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2023	3.766	-	3.766
A partir de 2025	13.202	-	13.202
	-----	-----	-----
	16.968	-	16.968
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CSA possuía R\$1.681.347 em prejuízos fiscais (R\$1.169.015 em 31 de dezembro de 2021) e R\$1.687.728 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.175.351 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a controlada indireta AMMO possuía R\$467.095 em prejuízos fiscais (R\$384.830 em 31 de dezembro de 2021) e R\$467.124 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$384.859 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóvel para renda Acreúna (9.3)	Imóveis para valorização Montes Claros (9.4)	Total
	Complexo comercial (9.1)	Complexo residencial (9.2)			
Valor justo	380.525	49.135	30.380	67.087	527.127
Total do custo residual	(112.081)	(1.430)	(19.144)	(39.890)	(172.545)
	-----	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	268.444	47.705	11.236	27.197	354.582
	-----	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	91.271	16.220	3.820	9.245	120.556
	=====	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

A controlada SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$16.124 (R\$17.245 em 31 de dezembro de 2021). A redução dos impostos diferidos no exercício de 2022 deve-se ao impacto da variação cambial.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2022, é como segue:

Ano	Controlada SGUS
A partir de 2025	16.124 =====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2023 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2021 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a controlada SGUS possui saldo de R\$1.326.905 em prejuízos fiscais (R\$1.369.584 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	14.225	15.318
Imposto de renda e contribuição social antecipados	18.174	11.612
PIS e COFINS a recuperar (*)	14.964	61.823
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	2.520	7.903
IPTU a compensar	7.331	8.761
Outros impostos a recuperar	594	278
	-----	-----
	57.808	105.695
Circulante	(39.892)	(76.609)
	-----	-----
Não circulante	17.916	29.086
	=====	=====

(*) O saldo consolidado inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS.

d. Impostos parcelados

Os parcelamentos de impostos consolidado são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Parcelamentos Estaduais	62.695	36.995
Parcelamentos Federais	199.248	125.305
Outros parcelamentos	12.265	13.022
(-) Créditos a compensar (*)	(85.955)	(81.666)
	-----	-----
	188.253	93.656
Circulante	(94.795)	(57.002)
	-----	-----
Não circulante	93.458	36.654
	=====	=====

(*) Em dezembro de 2021, a controlada indireta CSA recebeu das partes relacionadas Companhia Tecidos Santanense e da Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas, direitos relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, no valor de R\$50.805 e R\$30.861, respectivamente. Esses direitos são objeto de ação de execução de sentença, que serão compensados com débitos tributários da controlada indireta CSA.

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2023	2024	2025	2026 a 2028	Total
Parcelamentos Estaduais	18.390	13.321	11.437	19.547	62.695
Parcelamentos Federais	69.747	45.768	44.689	39.044	199.248
Outros parcelamentos	6.658	2.655	1.872	1.080	12.265
(-) Créditos a compensar	-	(40.212)	(38.984)	(6.759)	(85.955)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	94.795	21.532	19.014	52.912	188.253
	=====	=====	=====	=====	=====

19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas cujas perdas foram estimadas como possíveis, no valor de R\$41.153, R\$41.567 e R\$1.779, respectivamente (R\$38.846, R\$41.622 e R\$2.618 respectivamente, em 31 de dezembro de 2021). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) glosas de créditos de COFINS (R\$7.877); (ii) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (iii) estorno de crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$6.978); (iv) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); (v) ICMS diferido sobre importações (R\$1.612); (vi) ICMS obrigações acessórias (R\$705); (vii) Notas fiscais não reconhecidas (R\$1.448); e (viii) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – COFURH (R\$1.301). O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia

Elétrica - CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	2022	2021
Tributários	4.524	113
Trabalhistas	11.064	9.076
Cíveis e outras	5.213	4.587
Total	20.801	13.776
	=====	=====
Depósitos judiciais	13.216	8.448
	=====	=====

Tributários – As controladas CSA e AMMO são polo ativo em ações judiciais que visam contestar a cobrança do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) em decorrência da inconstitucionalidade da cobrança através de Convênio, sem lei complementar que o institua, bem como pelo descumprimento do princípio da anterioridade anual e nonagesimal da LC nº190/2022 pelos Estados.

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	110	9.542	3.734	13.386
Adições	5	1.737	1.301	3.043
Baixas	(2)	(2.090)	(310)	(2.402)
Varição cambial	-	(113)	(138)	(251)
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2021	113	9.076	4.587	13.776
Adições	4.455	3.478	1.960	9.893
Baixas	(44)	(1.199)	(517)	(1.760)
Varição cambial	-	(291)	(817)	(1.108)
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.524	11.064	5.213	20.801
	=====	=====	=====	=====

20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	216.888	214.243
Custo do serviço	1.624	1.882
Custo dos juros	6.132	6.767
(Ganho) perda atuarial	(26.520)	(4.288)
Pagamento de benefícios	(9.404)	(17.131)
Variação cambial	(14.534)	15.415
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	174.186	216.888
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	74.651	72.224
Retorno sobre os ativos	(12.528)	4.531
Contribuições do empregador	2.867	9.782
Pagamento de benefícios	(9.404)	(17.131)
Variação cambial	(5.146)	5.245
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	50.440	74.651
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	123.746	142.237
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	5,00% a 5,05%	2,65% a 2,85%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	2,65% a 2,85%	3,10% a 2,45%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-

	2022	2021
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.624	1.880
Custo dos juros, líquido	2.992	2.785
	-----	-----
Custo líquido do benefício	4.616	4.665
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

	2022	2021
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	20.352	30.062
Renda fixa	29.139	43.585
Caixa e equivalentes de caixa	949	1.004
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	50.440	74.651
	=====	=====

A controlada SGUS espera contribuir R\$10.686 para os planos de benefício definido em 2023. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2023	16.062
2024	19.158
2025	18.652
2026	19.009
2027	13.733
2028 – 2032	58.655

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Provisão para plano de pensão	123.746	142.237
Outras provisões de benefícios a funcionários	1.639	2.896
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	125.385	145.133
	-----	-----
Circulante (a)	(10.804)	(15.696)
	-----	-----
Não circulante	114.581	129.437
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Ajustes acumulados de conversão

São registrados como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial dos investimentos líquidos de saldos com partes relacionadas no exterior, referente às controladas diretas e indiretas.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam a participação reflexa dos ganhos e perdas não realizados em: (i) mais valia apurada após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo de controladas; e (ii) ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido de controladas.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2022	2021	2022	2021
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	36.003	19.654
	-----	-----	-----	-----
	-	-	36.003	19.654
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	152.093	99.538	-	-
Coteminas International Ltd.	5.717	5.577	-	764
Sucursal Argentina	24	26	-	-
Santanense Argentina	28	48	-	-
Companhia Tecidos Santanense	20.467	18.212	-	-
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	98	-	-
	-----	-----	-----	-----
	178.329	123.499	-	764
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros receita (despesa)	
	2022	2021
Controladora:		
Coteminas S.A.	(1.301)	(1.342)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	(2)	(3)
	-----	-----
	(1.303)	(1.345)
	=====	=====
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	26.176	13.502
Companhia Tecidos Santanense	1.934	1.497
Coteminas International Ltd.	(40)	(73)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(19)	(19)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	(5)	-
Wembley S.A.	100	-
Seda S.A.	(14)	-
	-----	-----
	28.132	14.907
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% a.a. (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$2.935 estava contabilizado na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante (R\$2.936 em 31 de dezembro de 2021 e R\$2.935 em 31 de dezembro de 2021, na rubrica “Outros” no ativo não circulante), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2022, foi apropriado o valor de R\$2.936 como despesa financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” (R\$3.380 em 2021).

Em 2022, a controlada CSA forneceu produtos intermediários para a parte relacionada Companhia Tecidos Santanense, empresa ligada, no valor de R\$106.409 (R\$102.645 em 2021). O saldo a receber referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 5.

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas e a controlada indireta AMMO possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. Em 2022, foi apropriado como despesa de aluguel, o valor de R\$5.453 (R\$4.637 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada indireta LAT Capital Ltd. possuía R\$22.749 (R\$20.720 em 31 de dezembro de 2021), em aplicações em fundos de investimentos e depósitos no exterior, recebidos da Coteminas International Ltd., empresa sob controle comum.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Honorários da administração" e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Conselheiros	1.248	1.084	2.000	1.415
Diretores estatutários	-	-	6.291	3.445
Outros diretores	-	-	9.871	10.233
	-----	-----	-----	-----
	1.248	1.084	18.162	15.093
	=====	=====	=====	=====

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas podem realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras e seus saldos estão descritos no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	42	117	225.444	199.765
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	23.531	19.219
Duplicatas a receber	-	-	163.267	448.935
Outros créditos a receber	986	968	19.706	28.300
Títulos e valores mobiliários (nc)	1.925	1.737	10.395	7.618
Valores a receber – clientes	-	-	16.135	16.343
Partes relacionadas	-	-	178.329	123.499
Depósitos judiciais	-	-	13.216	8.448
Outros	-	-	50.638	55.931
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	10.405	15.681	640.395	772.280
Debêntures (c)	-	-	17.763	158.596
Fornecedores	3	10	272.960	258.920
Concessões governamentais (c)	-	-	56.253	41.148
Outras contas a pagar	-	-	73.768	74.569
Empréstimos e financiamentos (nc)	9.143	13.915	56.540	75.037
Debêntures (nc)	-	-	320.757	-
Partes relacionadas	36.003	19.654	-	764
Concessões governamentais (nc)	-	-	38.264	54.436
Outras obrigações	-	-	22.487	2.408

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia operações com instrumentos derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	2022				Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	99.721	3.385.893	-	-	8.701
LAT Capital	19.731	-	3.782	-	(926)
Têxtil Guarani	1.426	-	-	2.005.922	155
SGUS	372.811	-	71.451	-	(26.301)
	-----	-----	-----	-----	-----
	493.689	3.385.893	75.233	2.005.922	(18.371)
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(101.017)	-	(19.360)	-	7.806
SGUS	(234.592)	-	(44.961)	-	18.551
	-----	-----	-----	-----	-----
	(335.609)	-	(64.321)	-	26.357
Total de investimentos líquidos	158.080	3.385.893	10.912	2.005.922	7.986
	=====	=====	=====	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	2022	2021
Duplicatas a receber	16.572	21.661
Fornecedores	(7.061)	(9.615)
Empréstimos e financiamentos	(75.194)	(46.172)
Partes relacionadas	(755)	(764)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(66.438)	(34.890)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(12.733)	(6.252)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2022	Alta do Dólar	(12.733)	(2.386)	(19.592)	(36.798)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CSA registrou um ganho de R\$10.226.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2022			2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	152.483	12.213	(1.240)	163.456	109.207
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	152.483	10.718	(866)	162.335	109.207

Descrição	2022			2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: março/2022	-	-	-	-	11.388
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023 (*)	-	-	-	-	110.150
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: janeiro/2023	48.550	873	-	49.423	-
(referência à nota explicativa nº 13)				375.214	339.952
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2024	6.667	23	-	6.690	9.760
(referência à nota explicativa nº 13)				6.690	9.760
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	5.300	51	-	5.351	10.665
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	2.927	28	-	2.955	5.892
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	2.927	28	-	2.955	5.892
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	2.927	28	-	2.955	5.892
(referência à nota explicativa nº 13)				14.216	28.341
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	7.405	238	-	7.643	12.671
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2024	30.000	463	-	30.463	30.354
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: fevereiro/2023	3.000	55	-	3.055	-
(referência à nota explicativa nº 13)				41.161	43.025

Descrição	2022			2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2026	4.861	55	-	4.916	8.338
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2026	5.282	60	-	5.342	9.061
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2022	-	-	-	-	4.364
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2024	4.444	38	-	4.482	7.831
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	12.354
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2026	6.464	74	-	6.538	10.299
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2026	8.402	94	-	8.496	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2026	6.395	72	-	6.467	-
(referência à nota explicativa nº 13)				36.241	52.247
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2024 (*)	-	-	-	-	12.380
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024 (*)	-	-	-	-	11.218
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024	8.000	248	-	8.248	12.307
(referência à nota explicativa nº 13)				8.248	35.905
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: abril/2023	14.000	216	-	14.216	40.534

Descrição	2022			2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2023	2.400	97	-	2.497	4.049
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	5.238	24	-	5.262	8.124
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2022	-	-	-	-	10.016
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2023	5.000	63	-	5.063	5.057
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2023	5.000	43	-	5.043	5.042
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2023	5.000	76	-	5.076	5.063
(referência à nota explicativa nº 13)				37.157	77.885
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2022	-	-	-	-	6.709
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2023	14.600	373	-	14.973	-
(referência à nota explicativa nº 13)				14.973	6.709
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2023	10.000	167	-	10.167	10.129
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	6.389	103	-	6.492	9.826
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: maio/2025	4.060	31	-	4.091	-
(referência à nota explicativa nº 13)				20.750	19.955

Descrição	2022			2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal - CCB Vencimento: abril/2023	5.416	181	-	5.597	10.874
(referência à nota explicativa nº 13)				5.597	10.874
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: janeiro/2023	535	31	-	566	3.218
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,7% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: abril/2022	-	-	-	-	4.490
(referência à nota explicativa nº 13)				566	7.708
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: julho/2022	-	-	-	-	9.556
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 18,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2023	1.000	31	-	1.031	1.031
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2022	-	-	-	-	5.027
(referência à nota explicativa nº 13)				1.031	15.614
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: outubro/2025	6.390	58	-	6.448	9.368
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: junho/2022	-	-	-	-	25.023
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	4.421	46	-	4.467	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	500	5	-	505	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	500	5	-	505	-
(referência à nota explicativa nº 13)				11.925	34.391

Descrição	2022			2021	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 9,2 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031	137.333	17.423	(2.281)	152.475	158.596
(referência à nota explicativa nº 14)				152.475	158.596
	686.299	44.332	(4.387)	726.244	840.962
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2022, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2023	Alta da taxa	643.963	88.106	106.996	124.919
2024	Alta da taxa	159.143	22.805	20.257	21.807
2025	Alta da taxa	108.678	15.663	13.571	14.399
2026	Alta da taxa	84.181	11.540	10.438	11.066
2027	Alta da taxa	66.000	9.181	8.282	8.771
2028	Alta da taxa	50.000	7.032	6.343	6.717
2029	Alta da taxa	34.000	4.735	4.271	4.523
2030	Alta da taxa	18.000	2.505	2.260	2.393
2031	Alta da taxa	5.333	429	387	410
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	771.214	690.678	76.508	4.028	-
Debêntures	970.451	109.634	175.190	228.799	456.828
Fornecedores	272.960	272.960	-	-	-
Arrendamentos a pagar, líquidos	232.812	45.399	72.731	72.284	42.398
	-----	-----	-----	-----	-----
	2.247.437	1.118.671	324.429	305.111	499.226
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras. A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	696.935	847.317
Debêntures	338.520	158.596
Caixa e equivalentes de caixa	(225.444)	(199.765)
Títulos e valores mobiliários	(33.926)	(26.837)
	-----	-----
Total da dívida líquida	776.085	779.311
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	378.671	990.441
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.154.756	1.769.752
	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: "Atacado" e "Varejo".

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As vendas realizadas pela controlada CSA para a controlada indireta AMMO são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas realizadas para terceiros e que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado e Varejo. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2022			Total
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	
Receita operacional líquida	836,8	380,6	-	1.217,4
Custo dos produtos vendidos	(683,0)	(196,7)	-	(879,7)
Custo de ociosidade e outros	(175,1)	-	-	(175,1)
Lucro bruto	(21,3)	183,9	-	162,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(230,3)	(218,5)	(17,9)	(466,7)
Varição do valor justo de propriedades para investimento	65,3	-	-	65,3
Outros	(7,7)	(5,5)	2,3	(10,9)
Resultado das operações	(194,0)	(40,1)	(15,6)	(249,7)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(45,6)	(292,2)	(337,8)
Varição cambial	-	(0,2)	(19,0)	(19,2)
Resultado antes dos impostos	(194,0)	(85,9)	(326,8)	(606,7)
Depreciação e amortização	65,3	28,2	4,7	98,2

	2021			Total
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	
Receita operacional líquida	1.225,5	495,2	-	1.720,7
Custo dos produtos vendidos	(862,2)	(230,8)	-	(1.093,0)
Custo de ociosidade e outros	(16,8)	-	-	(16,8)
Lucro bruto	346,5	264,4	-	610,9
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(254,0)	(232,5)	(19,2)	(505,7)
Varição do valor justo de propriedades para investimento	23,5	-	-	23,5
Outros	(13,6)	(4,3)	0,4	(17,5)
Resultado das operações	102,4	27,6	(18,8)	111,2
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(28,4)	(233,5)	(261,9)
Varição cambial	-	(0,9)	(2,8)	(3,7)
Resultado antes dos impostos	102,4	(1,7)	(255,1)	(154,4)
Depreciação e amortização	67,0	29,8	4,9	101,7

(*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações continuadas da controlada SGUS. A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	660,5	952,1
Produtos intermediários	176,3	273,4
Varejo	380,6	495,2
	1.217,4	1.720,7
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	13,3	20,6
Produtos intermediários	10,9	19,6
	24,2	40,2

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos no segmento atacado em 31 de dezembro de 2022.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	1.662.356	2.397.014
Deduções das receitas	(444.911)	(676.291)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.217.445	1.720.723
	=====	=====

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2022	2021
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(947.556)	(1.207.095)
Benefícios a empregados	(335.789)	(360.705)
INSS	(43.057)	(43.821)
Depreciação e amortização	(98.206)	(101.748)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(96.909)	97.805
	-----	-----
Total por natureza	(1.521.517)	(1.615.564)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2022	2021
Custo dos produtos vendidos	(879.747)	(1.093.025)
Custo de ociosidade e outros	(175.097)	(16.777)
Vendas	(315.998)	(368.098)
Gerais e administrativas	(132.513)	(122.571)
Honorários da administração	(18.162)	(15.093)
	-----	-----
Total por função	(1.521.517)	(1.615.564)
	=====	=====

27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	2022	2021
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(630.785)	(153.576)
Número médio ponderado das ações ordinárias	50.000.000	50.000.000
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	(12,6157) =====	(3,0715) =====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em abril de 2023, a Companhia reduziu e renegociou seus passivos financeiros como segue:

	2023	2024	2025	2026 a 2030	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	625.260	49.816	18.013	3.846	696.935
Repactuações e/ou (pagamentos) efetuados, no 1º trimestre de 2023	(33.034)	7.549	31.470	14.408	20.393
Repactuação dos vencimentos após o março/23	(464.188)	52.558	86.944	324.686	-
Saldos em 31 de março de 2023 com vencimentos repactuados	128.038 =====	109.923 =====	136.427 =====	342.940 =====	717.328 =====

Em maio de 2023 a controlada Coteminas S.A. alienou direitos creditórios que estavam em disputa judicial desde novembro de 2014, por valor inferior ao valor contábil em R\$20.769. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil de R\$24.270, refletido na rubrica "Outros" no ativo não circulante, representa o valor disputado e a expectativa dos advogados patronos da causa.

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada CSA firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários e seus termos de pagamento. Com o referido acordo, uma redução de 1.709 funcionários ocorrerá em até 90 dias, passando a controlada CSA a ter 4.272 funcionários no Brasil. Os custos com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$42.929, e serão pagos em até 12 parcelas, e não estão refletidos nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 14.b, e previsto na escritura da 1ª emissão de debêntures de sua controlada indireta AMMO VAREJO S.A., 120.000.000 debêntures emitidas e não subscritas à época, poderiam ser subscritas até 1º de junho de 2023, fato que não ocorreu e estas 120.000.000 de debentures estão em processo de cancelamento. Adicionalmente, na mesma escritura, em relação as 180.000.000 de debentures emitidas e subscritas, cujo valor em 31 de dezembro de 2022 monta em R\$ 186.045 incluído no Passivo Não Circulante Consolidado, existe obrigação ("Covenant") não cumprida pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A. em 2023, que não resultam em efeitos nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Em 20 de abril de 2023 a controladora da Companhia, a Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (CTNM) divulgou fato relevante informando que assinou Memorando de Entendimentos, com a SHEIN, empresa sediada em Singapura, para o estabelecimento de parceria envolvendo: (i) esforço conjunto para que 2.000 de seus clientes confeccionistas passem a ser fornecedores da SHEIN para

atendimento do mercado doméstico e da América Latina, (ii) financiamento para capital de trabalho, (iii) contrato de exportação de produtos para o lar.

Com o referido acordo, recursos suficientes serão destinados à CTNM, em forma de empréstimos conversíveis em ações e com único vencimento para 3 anos destinados a recompor seu capital de giro.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que as decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Companhia avaliou, com os seus assessores jurídicos internos, os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2022, emitido nesta data.

São Paulo, 11 de outubro de 2023.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Pedro Garcia Bastos Neto
Diretor de Assuntos Corporativos e
financeiro

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2022, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 11 de outubro de 2023.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Pedro Garcia Bastos Neto
Diretor de Assuntos Corporativos e financeiro

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57 - NIRE 3130002243-9
Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Springs Global Participações S.A. (Companhia), em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Com base nos exames do relatório da administração e das demonstrações contábeis acima referidas, considerando os esclarecimentos recebidos nas reuniões realizadas com representantes da administração da Companhia e com os auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS e tendo em vista o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, datado de 11 de outubro de 2023, contendo opinião sem ressalvas e com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da controlada Coteminas S.A. e seu consequente impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, assim como parágrafo de ênfase citando o não cumprimento de obrigação (“covenant”) da escritura de debêntures da controlada indireta AMMO Varejo S.A., os membros do Conselho Fiscal opinam que os referidos documentos examinados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, a ser convocada.

São Paulo-SP, 11 de outubro de 2023.

João Martinez Fortes Júnior

Cicero Przensiuk

Michael John Morrell